



Anais da Assembléia

Nº 06

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 07 DE MARÇO DE 1979

ANO V

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA DA 4ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 07 DE MARÇO DE 1979

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Tadeu Lúcio Machado e Domício Scaramella.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio de Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Ivo Thomazoni, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Romero Filho, Trajano Bastos, Tugio Setogutte, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja colocado em regime de urgência o projeto de lei de sua autoria, datado de 02 do corrente, que visa denominar "DR. JOÃO RIBEIRO JÚNIOR", a Fundação Instituto Agrônômico do Paraná, com sede em Londrina.

Sala das Sessões, em 07 de março de 1978.

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer voto e pesar pelo falecimento de CHIBLE NASSIF MALUF, ocorrido em Wenceslau Brás, em data de ontem.

Outrossim, solicita que do presente seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 07 de março de 1979.

(a) ADALBERTO DAROS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja enviado ao Excelentíssimo Senhor General Rodrigo Otávio, M.D. Ministro do Superior Tribunal Militar, voto de solidarie-

dade pela lição de democracia e espírito de justiça com que honrou nos últimos anos aquela Casa de Justiça.

Requer, outrossim, que do presente, se dê ciência ao Ministro Rodrigo Otávio e àquela Casa de Justiça, através de seu Ministro Presidente.

Sala das Sessões, em 07 de março de 1979.

(a) DENI SCHWARTZ

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer expressa manifestação do Plenário, para aprovar um voto de solidariedade deste Poder, ao Congresso Brasileiro pela Anistia, que nesta data e nesta Capital marca o início de suas atividades.

Que da decisão, seja comunicado por telegrama, à Comissão Organizadora do Congresso, sediada na Paróquia de Nossa Senhora de Guadalupe, nesta cidade.

Sala das Sessões, em 07 de março de 1979.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

A tradição histórica do Brasil recomenda, no atual quadro institucional que atravessamos, mais uma vez, a adoção AMPLA, TOTAL e IRRESTRITA, do instituto da ANISTIA.

É a forma solene e jurídica de propiciar novamente o reencontro da Sociedade com o Estado, efetivando um desarmamento espiritual de que não pode abrir mão o povo brasileiro, para vencer a gama de dificuldades que está enfrentando. A ANISTIA pois, terá o condão de não só levar ao esquecimento o obscurantismo dos últimos anos, mas principalmente, materializar uma nova quadra na vida política desta Nação.

Ademais, anistiar não é perdoar como se poderia erroneamente supor, mas é praticar um ato de grandeza e de soberania — verdadeira alavanca para o futuro de paz que se busca e deseja.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário desta Casa, seja consignado voto de louvor e congratulações à direção e funcionários da Rádio Cultura Palotinese, da cidade de Palotina, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 07 de março de 1979.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

A direção e funcionários da Rádio Cultura Palotinese, da cidade de Palotina, Estado do Paraná, vêm realizando ultimamente um trabalho digno de seus ouvintes, não só daquele município, mas de uma vasta região onde é sintonizada, no afã de melhor informar seus ouvintes, sobre os acontecimentos que se verificam atualmente, no só no cenário político estadual como federal.

Aquele município e vasta parte da região, ouviram recentemente o pronunciamento de políticos como o futuro Governador Ney Braga; José Oskem de Novaes, futuro Vice-Governador; do Senador biônico Affonso Camargo Netto; dos Senadores José Richa, Leite Chaves, Accioly Filho; do Presidente da Câmara Federal, Flávio Márcilio; do Presidente do Diretório Nacional da Arena, Senador José Sarney; do Presidente do Diretório Nacional do MDB, Ulysses Guimarães; do futuro Secretário da Indústria e do Comércio, Dr. Fernando Fontana; do Secretário

da Agricultura, Dr. Paulo Carneiro Ribeiro; do ex-Governador Emílio Gomes; do Presidente do BADEP, Luiz Fayet; dos Deputados Estaduais Fidelcino Tolentino, Werner Wanderer, Erondy Silvério; e do ilustre Presidente desta Casa, Deputado Fabiano Braga Côrtes.

Esta forma de informação direta, sem restrições à coloração partidária, vem demonstrar o alto espírito da direção da citada emissora, na busca de melhor informar seus ouvintes.

Este é um benefício que a estas alturas do andamento de nossa vida política nacional, atemorizada pela censura, muitas vezes se torna um empreendimento corajoso, por isso merecendo meu apoio e o meu pedido, para que continue esse tipo de trabalho, pois nosso povo merece ser informado com respeito e consideração.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos de hoje, um voto de louvor ao Lions Club de Campo Mourão, pela "Campanha de Recuperação e Preservação das Cabeceiras do Rio Mourão".

Requer outrossim, seja dado ciência ao Lions Club de Campo Mourão, do pronunciamento desta Casa.

Sala das Sessões, em 07 de março de 1979.

(a) DARCY DEITOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, requer à douta Comissão Executiva, ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Curitiba, Engenheiro SAUL RAIZ, no sentido de que o mesmo determine ao órgão competente, os estudos necessários para a colocação de lombadas na Rua Aleixo Bettiga, proximidades da Rua Oscar Wilde, no Portão. Este local foi palco, ainda recentemente, de um atropelamento fatal, do qual foi vítima o menor MARCOS ANTÔNIO DOZORETZ, com 6 anos de idade, filho de DORICO e LEONOR PEREIRA DOZORETZ, residentes na Rua Aleixo Bettiga, 444.

Outros acidentes de graves proporções poderão ocorrer, caso não forem adotadas providências, pois os abusos têm sido uma constante. Os moradores estão por demais apreensivos.

Requeiro, também, as mesmas providências para a Rua Eduardo Negrello, entre as ruas Waldomiro Ry e Isodoro Siedelinski, Vila Cubas - Novo Mundo. Neste local, tem sido muitos os acidentes e abusos de motoristas irresponsáveis.

Sala das Sessões, em 07 de março de 1979.

(a) JOSÉ DOMINGOS TEIXEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, requer à douta Comissão Executiva, ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor Presidente da SANEPAR, no sentido de que o mesmo determine os estudos para a extensão da rede de água encanada para a Vila Suíça, localizada no Bairro de Abranches, às margens da Rodovia dos Minérios. Trata-se de uma reivindicação das mais justas, pois os muitos moradores da região estão enfrentando sérias dificuldades com o precioso líquido e inclusive senhoras estão seguindo a lugares distantes para conseguí-lo.

Sala das Sessões, em 07 de março de 1979.

(a) JOSÉ DOMINGOS TEIXEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições

regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata, nos trabalhos legislativos de hoje, voto de louvor e congratulações ao Sr. AMILCAR DE SOUZA MARTINS, Diretor da 1ª Região - DIRAM - do Banco do Brasil S/A, pela excelente política de crédito adotada para toda a região amazônica, através do atendimento desburocratizado e eficiente, na distribuição de créditos agrícolas, especialmente aos pequenos e médios proprietários; requerendo ainda, que se dê ciência da decisão da Casa à Presidência do Banco do Brasil S/A., ao Ministério da Fazenda e ao Ministério da Agricultura.

Sala das Sessões, em 07 de março de 1979.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Amílcar de Souza Martins, Diretor da 1ª Região - DIRAM - do Banco do Brasil S/A, tem imprimido um ritmo de atuação realmente digno dos melhores elogios, procurando por todos os meios ao seu alcance, facilitar a distribuição de crédito, especialmente o crédito que objetiva o maior desenvolvimento da agricultura e da pecuária para toda a Região Amazônica. A atenção que dispensa aos pequenos e médios proprietários, orientando e facilitando, indistintamente, a todos que buscam o crédito do Banco do Brasil S/A, através da DIRAM, o faz merecedor da aprovação do presente requerimento, como prêmio e estímulo a quem, com humildade e justiça, fez por merecê-lo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Governador Jayme Canet Júnior, solicitando providências urgentes por parte do Governo do Estado, a fim de que seja normalizada a venda do LEITE nos estabelecimentos comerciais nos quais este produto básico de alimentação é comumente vendido, cuja sonegação, segundo foi amplamente divulgado pela imprensa, deve-se à exigência absurda dos panificadores, em manter os preços do pão popularmente conhecido como "pão d'água", acima daqueles fixados pelos órgãos competentes do Governo Federal para todos os Estados brasileiros.

Sala das Sessões, em 07 de março de 1979.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Há vários anos temos acompanhado de perto a luta de nossa população, principalmente aquela mais carente de recursos, para poder manter à sua mesa produtos indispensáveis para a alimentação do dia a dia, tais como o pão e o leite.

Ocorre que, no Paraná, sua população consome habitualmente o chamado "pão d'água", sendo pouquíssimo produzido e consumido a espécie conhecida como "pão francês".

Os tabelamentos do pão procedidos pela SUNAB, davam como tabelados, vários tipos de pão, incluindo o pão comum de 50 gramas, identificados nos centros maiores, tais como Rio, São Paulo e Brasília, como "pão francês". Esse fato foi habilmente explorado pelos panificadores de nosso Estado, que induziram as autoridades federais, a crerem que o nosso "pão d'água" ao contrário do que seu próprio nome indica, é composto de uma massa especial, chegando até a divulgarem uma fórmula mágica de sua composição, a fim de ludibriar os encarregados do tabelamento.

Ao mesmo tempo, prometiam, como continuaram prometendo, e ainda prometem, sem jamais cumprirem integralmente, que TODOS OS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS TERIAM À VENDA O "PÃO FRANCÊS". E, À SUA FALTA, O "PÃO-ÁGUA" SERIA OBRIGATORIAMENTE VENDIDO AO MESMO PREÇO. Este acordo de cavalheiros não foi mantido quando se intentou, pela primeira vez, a implantação desse sistema e, estranhamente, voltou a ser implantado por ocasião do último aumento do preço do pão.

Todavia, num rompante de bom senso, as autoridades

encarregadas do tabelamento chegaram novamente à conclusão de que o pão de 50 gramas é pão de 50 gramas, com qualquer nome que seja batizado.

Dai, resolverem exigir que todos os panificadores coloquem à venda o pão d'água ao preço do pão francês, pois, ambos são pães de 50 gramas, e ficou comprovado que a tal fórmula mágica jamais existiu e nem pode ser fiscalizada e nunca se vendeu o pão d'água ao preço do "pão francês", na falta deste último, o qual raramente é encontrado em qualquer panificadora.

Como represália, duas ameaças: — "Não será fabricado o pão d'água. Não venderemos mais leite à população de Curitiba".

A primeira, não foi levada a efeito, pois, é público e notório, que o pão d'água, mesmo vendido a Cr\$ 0,60 proporciona relativa margem de lucro, pois, até há poucos dias era vendido em qualquer supermercado a apenas Cr\$ 0,50, e, não acreditamos que estivesse sendo fabricado e colocado à venda com prejuízo dos vendedores.

A segunda, mais grave, que trata da sonegação de alimento essencial das crianças e lactentes, infelizmente, ao que parece, está sendo cumprida.

O desrespeito é total. A culpa pode ser dividida entre a intransigência dos panificadores, cuja solução conciliatória, já havíamos sugerido anteriormente, com o fabrico do "PÃO D'ÁGUA ESPECIAL", de 100 gramas, a preço dos panificadores, e comum, de 50 gramas, a preço tabelado, não foi aceita e nem apreciada, e da própria SUNAB, que, em Cascavel, preocupa-se mais com os carrinhos de "cachorro quente", do que com os problemas básicos que envolvem, geralmente, às conhecidas jogadas das multinacionais, como essa que se observa no presente momento, envolvendo o soja e seus derivados...

Tomando-se em consideração que expressiva parcela de nossa população está ameaçada de ficar privada de alimentos básicos, tais como o pão e o leite, e que É DEVER DO ESTADO intervir para que se dê paradeiro imediato a esses acontecimentos, mobilizando os setores próprios das Secretarias de Estado competentes, como a de Segurança Pública e da Saúde e Bem Estar Social, além de tomar junto às autoridades federais as demais providências cabíveis, solicitamos ao Plenário, que seja aprovado o presente requerimento formulado em defesa da alimentação básica - pão e leite - na mesa de todas as famílias, pois, de nada adianta subvencionar-se regamente as emissoras de Televisão para noticiar, diariamente, a implantação de um plano de "Merenda Escolar", quando estão acontecendo estes fatos deploráveis em detrimento da alimentação dos paranaenses que dependem de uma melhor ação governamental.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Facci.

Atendendo a requerimento apresentado e aprovado na sessão de ontem, o Pequeno e Grande Expedientes da sessão de hoje serão dedicados à memória do ex-Deputado e ex-Prefeito SÍLVIO BARROS, como homenagem póstuma que lhe prestará esta Casa.

Concedo a palavra nesta oportunidade, quando toda a Casa se associa a esta homenagem, ao Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tenho a honra de falar em nome da bancada do Movimento Democrático Brasileiro, nesta hora de homenagem à memória do eminente parlamentar e administrador SÍLVIO BARROS.

Senhor Presidente, a História é concebida como um largo e lento processo de clarificação. Quando esta geração passar e outras vierem, poderemos dizer com orgulho que fomos contemporâneos do Deputado e do Prefeito SÍLVIO BARROS, que tanto lutou pelos interesses de Maringá e do povo paranaense.

Devo ainda salientar a sua capacidade de liderança, a sua habilidade para dialogar com os companheiros e mesmo com os que estavam em trincheiras opostas, nunca deixando de respeitar e estimar o adversário, mesmo porque os partidos políticos não devem contribuir para afastar os homens, mas, tornar efetivo o diálogo, que jamais deve deixar de existir.

Enfim, devo dizer que SÍLVIO BARROS foi um representante de primeiro escalão no cenário político da Nação, destacando-se na vida pública pela sua combatividade, o seu amor às classes humildes, o empenho de sua defesa e a profundidade de sua análise dos aspectos constitucionais e jurídicos dos projetos sob exame.

Os Anais desta Assembléia Legislativa e da Câmara dos Deputados registram ponderável volume de iniciativas suas que refletem a operosidade de sua ação parlamentar, fruto de uma inteligência aguçada, que na defesa da democracia, aperfeiçoou-se de forma alta e meritória, o que lhe granjeou admiração e respeito de seus Pares.

SÍLVIO BARROS desfraldou a bandeira das eleições diretas, do retorno imediato da democracia, da anistia irrestrita, da Constituinte e dos direitos humanos.

Lutou contra o arbítrio. Censurou a injustiça.

Proclamou repetidamente da tribuna, que a sobrevivência da democracia e da liberdade depende de nossa capacidade de estender a todo o povo os benefícios hoje reservados a uma classe dominante.

Para ele, o retorno à democracia devia ser imediato, e nunca poderia ser uma forma de contemporização destinada a servir de anteparo a um esforço de preservação das estruturas que sustentam a classe dominante.

Senhor Presidente, Srs. Deputados, não podemos deixar de enumerar os principais trabalhos e projetos de SÍLVIO BARROS, figura política de invulgar brilho e que prematuramente foi colhido pela morte.

Tendo nascido em Minas Gerais, a 3 de setembro de 1927, estreou em política, na cidade de Maringá, onde, paralelamente às atividades comerciais, soube desde logo angariar um vasto círculo de amizades e revelar seu espírito público.

Conquistando por duas vezes, uma cadeira na Câmara Municipal, pelo Partido Trabalhista Brasileiro, revelando desde logo sua capacidade como legislador, mesmo pertencendo à oposição, foi o principal defensor da criação da COLDEMAR - Companhia de Desenvolvimento de Maringá - entidade responsável pela implantação do serviço de abastecimento de água e esgoto sanitário na cidade.

Com a extinção dos antigos partidos políticos, SÍLVIO BARROS participou ativamente da função do MDB, partido do qual foi Presidente do Diretório Municipal de Maringá; Secretário Geral do Diretório Regional do Paraná e, finalmente, membro da Comissão Executiva Municipal, posições que soube honrar e dignificar pelo valor e desenvoltura com que as desempenhou, tornando-se responsável pelo ingresso nas fileiras da oposição de um grande número de líderes que hoje pontificam no cenário estadual e nacional.

Em 1966, eleito para a Assembléia Legislativa do Estado, atuou como membro efetivo das Comissões de Constituição e Justiça, Instrução Pública, Finanças, Política e Orçamento.

Pela sua combatividade, assumiu também a liderança do MDB e soube dinamizar então a frágil estrutura encontrada, soprando-lhe a potência de seu espírito criador, preservando a unidade, desmentindo com veemência as intrigas sobre a desarmonia existente em nossa agremiação política.

Ocupou diversas vezes a tribuna para trazer à Casa as reivindicações de sua região, principalmente da cidade de Maringá.

Teceu comentários e considerações sobre a crise da produção cafeeira no Norte do Paraná.

Apresentou projeto de lei autorizando o Poder Executivo a criar o Instituto Agrônomo do Paraná.

Na Fundação do Instituto Agrônomo do Paraná — (IAPAR), hoje orgulho de nosso Estado, sediado em Londrina mas que no projeto original, SÍLVIO BARROS lutou intransigentemente para que sua localização fosse em Maringá, cidade por ele representada nesta Casa.

Demonstrando sua preocupação com a Assistência Social, apresentou projetos declarando de utilidade pública, para que pudessem obter maiores recursos e, conseqüentemente, melhor funcionamento das entidades: Santa Casa de Misericórdia de Maringá, Serviço de Obras Sociais de Maringá, Albergue Noturno Santa Lúzia de Marilac.

Nunca esquecendo que a evolução de nosso Estado, e especificamente do Norte, deveu-se à ação empreendedora da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, concedeu Cidadania Honorária a seus diretores Gastão Mesquita, Cássio Vidigal e Herman Morais Barros. Vivia o País, época das mais difíceis: SÍLVIO BARROS, jamais furtou-se a combater a prepotência, o arbítrio e principalmente a falta de liberdade individual do cidadão. Foi marcante sua atuação nos episódios que o sistema mantinha em incomunicabilidade presos políticos em 1967, e nos anos subseqüentes. Granjeou com sua atuação, o respeito e admiração dos mais insígnies advogados paranaenses e brasileiros, valendo-lhe justa homenagem da OAB, Seção do Paraná.

Preocupado com o desenvolvimento da região que representava, SÍLVIO BARROS defendeu ardorosamente obras estruturais. Conquistou recursos para a construção da estrada Maringá - Santo Inácio, ligação rodoviária das mais importantes para nosso Estado, até hoje não concluída.

Sua atuação na área de educação, não poderia ser esquecida: na época, o ensino de primeiro grau abrangia apenas do primeiro ao quarto ano. SÍLVIO BARROS, atuando junto à Companhia Nacional de Escolas da Comunidade, fundou dezenas de estabelecimentos de ensino em todo o Estado, destacando-se em nossa região os ginásios de Iguatemi, Florianópolis, Cambuí, Aquidaban e de Sarandi, escolas das quais foi patrono, dando oportunidade às crianças da zona rural também terem acesso à cultura.

Seria fastidioso, neste momento, enumerar todas as vezes que o ilustre Deputado ocupou a tribuna. Mas não podemos esquecer as denúncias que fez sobre o atual momento Revolucionário Brasileiro, sobre os problemas políticos nacionais, face ao AI-5, e aos Atos Complementares números 54 e 12, e suas implicações, ocupando sempre a tribuna para dar a posição do seu Partido quanto aos aspectos políticos, econômicos, financeiros e culturais, no contexto da nova situação nacional.

Em 1970, SÍLVIO BARROS é eleito Deputado Federal. Comenta a política agropecuária. Crítica a alta do custo de vida, que aflige a todos os brasileiros. Denuncia a incompetência, a ineficácia, a falta de planejamento, a falta de programação.

Na oportunidade, apresentou à Câmara Federal um projeto de lei alterando a Lei Delegada número 6, de fevereiro de 1962, que criou a COBAL, para conferir-lhe a tarefa de programar as safras, atendendo à demanda externa e interna.

A sua atuação na Câmara Federal foi de invulgar brilho. Encaminhou ao Presidente da Casa, Ofícios de Deputados Federais do Paraná, solicitando aos Ministros da Aeronáutica e dos Transportes a adoção de providências com vistas à integração do Paraná através da expansão das linhas aéreas.

Corajoso, como sempre, foi o porta-voz da comunidade paranaense, no episódio Leon Peres, denunciando as tramas desenvolvidas, visando amenizar a situação e a permanência no poder daquele que foi, para todos nós, a maior decepção de todos nossos homens públicos. Atuação que, sem dúvida, marcou ainda mais sua personalidade e demonstrou seu destemor e independência.

Como verdadeiro líder, conduzindo sempre as discussões para caminhos altos, nobres e respeitáveis, pelo seu trabalho,

pela sua atuação parlamentar, foi, na Câmara Federal, até assumir a Prefeitura Municipal de Maringá, uma das personalidades mais importantes do Parlamento.

Em 1972, é indicado para concorrer pelo MDB ao cargo de Prefeito Municipal de Maringá. Trata-se de um reduto importante que a Oposição não pode deixar de conquistar. É um desafio que SÍLVIO BARROS aceitou, com humildade, em função do bem-estar daquela cidade, daquela comunidade. Em sua campanha eleitoral dá absoluta prioridade ao homem.

Dizia, em seus panfletos de propaganda: "O homem real não é um indivíduo isolado. Normalmente, os homens participam da vida social através da comunidade em que atuam: a família, a escola, o bairro, a empresa, a cooperativa, o sindicato, a igreja, enfim, a associação. Por isso, é necessário que o poder público reconheça a importância do homem e da comunidade e lhes dê apoio para o desempenho de suas atividades".

Com esta filosofia, SÍLVIO BARROS administrou o município e cumpriu integralmente o seu programa.

O elenco formidável de obras concluídas. Entregou mais de 3.000 casas populares ao sistema político-governamental de auxiliar os operários maringaenses. E celebrou com o BNH contrato para a construção de mais 1921 casas. Cumpriu, o único município brasileiro, em época oportuna, o programa da PROFILURBE, dando, realmente, prioridade ao desfavelamento da cidade de Maringá.

"Cuidou do saneamento básico, fez galerias de águas pluviais, destacando-se, em Maringá, a implantação do Serviço de Escoamento de Esgoto Sanitário, como a mais importante de suas obras, colocando Maringá entre as principais cidades brasileiras". E vale se acrescentar que foi feito com recursos próprios, porque, à distância, todos os municípios que estavam fazendo convênio e integrando-se ao plano nacional de saneamento, através do PLANASA, não haviam conquistado o serviço de esgoto sanitário para as suas cidades.

"Atendendo os que buscam cultura, construiu a Biblioteca Pública Bento Munhoz da Rocha Neto. Foi concluído em sua gestão, o Tiro de Guerra, o Necrotério, foram construídas Unidades Escolares na cidade e na zona rural, a Escola das Merendeiras, melhorando a alimentação das crianças, aliás, modelo hoje para todo o nosso Estado.

Cuidou dos esportes, aspiração máxima da juventude local. Nunca, em toda a história da cidade, um administrador investiu tanto no setor de esportes. Aí está o Estádio Regional Willie Davis, o Centro Esportivo Municipal. Aí estão as piscinas do Jardim Alvorada, Vila Operária, Zona V e outras tantas que foram planejadas e executadas.

Com 10.500 metros de comprimento, completamente asfaltada, foi construída e entregue por SÍLVIO BARROS a Avenida Perimetral Sul, programada para desviar o tráfego pesado da área central da cidade. A pista, com luz de mercúrio, modernamente iluminada, deu enorme valorização ao projeto inicial e um embelezamento maior ainda à já bela cidade de Maringá.

Por tudo isso, SÍLVIO BARROS foi eleito, em 1976, o melhor Prefeito Brasileiro do Ano. Maringá recebeu numa festa, uma das maiores concentrações de políticos, jornalistas e personalidades de todo o Brasil. Mais de 350 Prefeitos e 400 Vereadores prestigiaram a escolha do Prefeito número um do Brasil, em 1976.

Recebeu ainda, SÍLVIO BARROS, como homenagem das mais significativas e que ele mais prezava, o título de Cidadão Honorário de Curitiba, como reconhecimento ao seu trabalho incansável pelo municipalismo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Indiscutivelmente, a invulgar personalidade de SÍLVIO BARROS marcou indelevelmente a vida política de nosso Estado. Político discutido, elogiado, combatido, enfim, personalidade muitas vezes incompreendida. Mas em cada ação, cada obra, cada projeto, haverá sempre que ser notado o toque

peçoal de Sílvia Barros.

Na criação do IAPAR, por exemplo, conseguiu antecipar-se a diversificação agrícola de nosso Estado, sentindo a necessidade que tinha o Estado do Paraná de estruturar-se para enfrentar a nova realidade que se apresentaria no futuro, é hoje, fato comprovado. Na defesa intransigente das liberdades democráticas, revelou-se sempre autêntico, firme e verdadeiramente preocupado com as garantias individuais de nossa gente. Na atuação partidária, foi um dos responsáveis pelo crescimento do MDB, fortalecendo a oposição, dando oportunidade ao surgimento de novas lideranças. Nas obras municipais, quando na chefia do Executivo Maringense, construiu piscinas nos bairros, não para ser lembrado como realizador destas obras, mas para proporcionar à criança das vilas, as mesmas oportunidades que a criança melhor afortunada desfruta em nossa sociedade. Emocionava-se sempre, ao ver um garoto que oriundo da mais humilde família, alcançasse recordes extraordinários praticando natação ou outros esportes; oportunidade que ele Sílvia, proporcionou e que jamais seria alcançada sem esta iniciativa.

Em seu programa de trabalho, durante a campanha de 1972, afirmava:

"Eu darei as piscinas e quadras de esportes para as vilas, mas vou exigir que o povo me dê campeões". Ele construiu as quadras e piscinas, e Maringá, tem hoje os campeões.

Entre tantas homenagens SÍLVIO BARROS, sentiu-se realmente realizado quando de uma recepção em sua residência para funcionários e secretários municipais, fato também inédito, um antigo funcionário municipal abraçou-o dizendo: "Prefeito, em 20 anos de serviço público, é a primeira vez que me sinto realmente membro da família administrativa da cidade. Você faz com que todos nós nos sintamos membros de uma só família, pois nos recebe em sua casa, dando-nos mais calor humano, por isso, jamais será esquecido". Os operários do Município de Maringá, sempre sentiram-se como iguais, a festa dos GARIS patrocinada por SÍLVIO BARROS, marcou indelevelmente a vida dos humildes servidores maringenses: a pequena cesta de natal, distribuída ao mais humilde servidor, era igual para os mais graduados funcionários e secretários. Foi indiscutivelmente um período em que todos foram considerados como irmãos.

A personalidade de SÍLVIO BARROS, sua atuação política, sempre mereceu as mais diferentes manifestações: um estrategista emérito, vencedor incontestável, político na maior acepção do termo, no entanto, jamais fez a política do "tapinha nas costas" das festas de casamento ou mesmo de acompanhamentos dos funerais para angariar votos. Desenvolvia suas campanhas pregando um programa de trabalho, com rigidez, sem muitos sorrisos, sem favores pessoais, buscando no referendo popular, a procuração para defender os interesses do povo. Introduziu na política de Maringá, uma inovação: a participação da família em todos os momentos; sua esposa D^a Bárbara Barros, seus filhos, sempre estiveram nos palanques ao seu lado, procurando criar com esta participação, uma certeza: O HOMEM PÚBLICO É RESPONSÁVEL PELA CONDUÇÃO DOS NEGÓCIOS PÚBLICOS, MAS É PRINCIPALMENTE A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA; É O FATOR MAIOR PARA A ESTRUTURA DE NOSSA SOCIEDADE.

SÍLVIO BARROS morreu prematuramente. Mas os grandes homens públicos não interrompem com a morte a lição que nos podem dar. Essa lição continua através dos tempos como um legado perene.

Saibamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, recolher da atuação de SÍLVIO BARROS o exemplo que ela nos vem como apelo permanente: O Brasil precisa de democracia e de trabalho para atingir a plenitude dos anseios do seu povo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a pa-

lavra dentro do Grande Expediente, em que se presta uma homenagem póstuma ao Sr. Deputado Sílvia Barros, ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, prezadíssimos Srs. Deputados:

Na undécima hora, dentre os Deputados que há mais tempo, ocupam cadeira neste Poder Legislativo, decidiram que um dentre aqueles Deputados, que aqui conviveram com Sílvia Barros, na Legislatura que foi de 31 de janeiro de 1967 a 31 de janeiro de 1971, dissesse em nome da ARENA, da figura exponencial do homem que foi o político Sílvia Barros. Recaiu portanto, sobre este Deputado a responsabilidade de dizer em nome da ARENA, das virtudes, das qualidades daqueles que no então acanhado plenário do quinto andar, do anexo deste Palácio, atuou, durante 4 anos de forma a demonstrar lealdade para com seu Partido, companheirismo para com os seus Pares e, acima de tudo, amizade com todos os Parlamentares, quer da Arena, quer do MDD.

Lembro-me de Sílvia Barros como o Parlamentar que assomava à tribuna para dizer os números das almas que tinham fome no mundo; lembro-me do Parlamentar que gostava de citar da tribuna números, mostrando gráficos de estudiosos e de organismos da FAO e da ONU; do homem que, já em 67, preocupava-se em mostrar ao paranaense e ao brasileiro, o potencial que este País poderia se constituir se soubesse, com toda a velocidade, preparar-se, para vir a constituir-se no grande celeiro do mundo.

Lembro-me, quantas vezes, quando éramos maioria absoluta, total, contra um punhado de valentes opositores ao Governo, — dentre os quais figurava o destemido Sílvia Barros, que chegou a liderar a diminuta, mas valorosa bancada do MDB, que nós, quando queríamos desviar-lhe a atenção de um problema governamental, que não queríamos fosse discutido naquela hora, naquele local, pela inoportunidade, era só falar na miséria do povo, não do brasileiro, mas do povo do Globo, da Aldeia Terrestre, para tirar Sílvia Barros do problema local, regional, estadual e até brasileiro.

Daí a grandeza, talvez, de alma, do político Sílvia Barros, que tinha uma visão ampla dos problemas desta Aldeia Terrestre, que não tinha a pequenez dos políticos que só se preocupam em degladiar-se, em discutir pequenas coisas que não levam a nada; mas eu me lembro de Sílvia Barros e aí estão impressos, — e os Parlamentares poderão consultá-los na biblioteca deste Poder, os pronunciamentos do homenageado póstumo de hoje, que já se preocupava com a ecologia; que dizia da necessidade da organização de uma sociedade que produzisse para o mundo, com imensidão territorial desse país.

Mas me lembro, não só de Sílvia Barros, o Parlamentar e o Político, de Sílvia Barros o Vereador, o Prefeito, o Deputado Estadual e o Deputado Federal; lembro-me de Sílvia Barros o amigo; lembro-me da sua esposa sempre tão carinhosa e afetiva com as nossas esposas e com as nossas filhas.

E em nome da ARENA, Sr. Presidente, Srs. Deputados, cabe a mim dizer das saudades imorredouras que nos invadiu a todos; a lacuna aberta pela ausência de Sílvia Barros, da Política, da Sociedade e da Família Paranaense. Sei, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o povo é sábio nas suas decisões, sabe mandar para este Poder, homens bons, que traduzem e que sabem traduzir, o pensamento dessa coletividade brasileira, que mora, vive, trabalha nas terras paranaenses, e quando para aqui mandou Sílvia Barros, mandou um homem que soube representar bem a sua coletividade, a sua Maringá. Hoje, tanto quanto ontem, e eu tenho certeza amanhã também, está tão bem representada pelos arenistas e emedebistas que ocupam neste parlamento, cadeiras. É dele, que me pediu Erondy Silvério, que me pediu Fabiano Braga Côrtes, que me pediu Benedito Pinto Dias, que me pediu o caro e preclaro amigo

Aguinaldo Pereira Lima, nós os velhos, os antigos Deputados, a mim coube, em nome daqueles que já hoje contam a idade por mandato e não por ano, que dissesse alguma coisa em homenagem ao homem e ao político Sílvio Barros. E o faço com toda a sinceridade da minha alma e do que resta do meu coração, para dizer que Sílvio Barros foi, nesta Casa, um extraordinário Deputado, um grande, um gigante representante da sua terra, da sua gente. E nós, que somos líder do longínquo Sudoeste do Paraná e que temos tido sempre a capacidade de ver as grandes, as enormes qualidades dos homens do Norte do Estado, também ao Sul, do Litoral e da Capital e da Região Metropolitana, mais do que nunca, enalteçemos hoje, um representante do Norte mas, principalmente, de Maringá; que Sílvio Barros jamais deixava de mencioná-la quando da tribuna pedia e quantas vezes exigia, porque tinha atrás de si, uma coletividade a impulsioná-lo no desejo de fazer realmente como fez, como ajudou a fazer, com a sua palavra, a grande obra administrativa, que os governos fizeram, naquela e em outras regiões desse Estado. Um homem que, com a sua palavra, mesmo sendo muitas vezes áspera mas nunca faltava nela a educação, a lhanza; ajudou a fazer com que todos nós da ARENA, nós Governo nos preocupássemos cada vez mais em levar mais obras, mais serviços, mais auxílio para o desenvolvimento desta coletividade que haverá de ter, num futuro próximo, se Deus quiser, uma política mais humana, onde a distribuição da riqueza realmente seja mais justa, como ele, Sílvio, preconizava, e como todos nós preconizamos, ARENA e MDB, sendo pluripartidarismo, tenho certeza, homens da direita, da esquerda, do centro, do meio, de todas as tendências ou filosofias políticas pretendem; que haja sempre menor número de ricos, e menor número de pobres; que, conforme a própria doutrina social da igreja exista cada vez menor número de miseráveis para que todos tenham facilidades maiores para alcançarem também oportunidades para oferecerem melhor educação aos seus filhos, para darem condições de saúde condignas ao ser humano, àqueles que nascem numa taxa incrivelmente alta neste País, porque todos nós sabemos, Sr. Presidente, que se somos 120 ou mais milhões de habitantes neste País, se injeta na nossa sociedade, por ano, mais de três milhões e quinhentas mil almas por ano, que precisam de tudo, e, mais do que tudo, precisam de amor, de carinho, de compreensão, e, praza Deus, tenhamos nós, neste País, o aperfeiçoamento das instituições que já foram em muito, aperfeiçoadas, mas que atinjamos aquele clímax, que nos leve realmente à condição de País desenvolvido, feliz e onde todos tenham o que comer, o que vestir, e onde se socorrer. Mas, e mais do que isso, a compreensão, e, na compreensão, o amor que eu sei, Sílvio Barros dedicava à sua gente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Dentro dos 15 minutos reservados à Liderança dos partidos, pergunto se o MDB deseja fazer uso da palavra — (**Assentimento**).

Concedo a palavra ao nobre Deputado José Domingos Scarpelini.

Antes, porém, esta Presidência tem a grata satisfação de registrar a presença em nosso Plenário, do Vereador Pioli Borba, de Paranaguá, que se faz acompanhar do nobre Deputado Nelson Buffara.

Com a palavra o nobre Deputado.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho à tribuna, hoje, para fazer uma sustentação oral de um requerimento que encaminhamos à apreciação desta Casa, que tem o teor seguinte:

(**Lê**): "Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, solicitando a imediata

substituição do atual titular da pasta da Educação e da Cultura e a nomeação "pro-tempore" do Diretor da Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana.

Sala das Sessões, em 7 de março de 1979.

(a) José Domingos Scarpelini

JUSTIFICATIVA:

Não bastassem os desmandos e os desatinos perpetrados contra as sagradas instituições educacionais, o que vem provocando acelerado e vergonhoso decréscimo do nível de ensino e aprendizagem; não bastasse o total descaso sempre manifesto por parte das autoridades federais e estaduais do setor para com o ensino superior no Paraná, ignorando as patenteadas necessidades de federalização de nossas universidades interioranas sediadas em Maringá, Londrina e Ponta Grossa. Não bastasse a humilhante situação do magistério paranaense, gritante anomalia nos motiva para a apresentação deste requerimento e que envolve a Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas da nossa cidade de Apucarana, a qual, por conta da incompetência, da inoperosidade, da inabilidade e da indiferença por parte da Secretaria da Educação do Estado, encontra-se ACÉFALA, a mais de sessenta dias.

Ocorre, Sr. Presidente, que o colégio eleitoral da dought Congregação da Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana, é representada por 62 votos, assim distribuídos: 56, de professores; 3, de representantes da comunidade; 2, de representantes do corpo discente e 1 voto de qualidade do professor-presidente, o que significa, corroborando luta competente para processar a elaboração de lista sêxtupla, instrumento a ser apreciado pelo Governador do Estado para escolha do diretor e do vice-diretor da Faculdade, deveria ser integralizada por 32 votos que correspondem ao primeiro número inteiro depois de 50% dos que formam a Congregação.

Todavia, em meados de janeiro do corrente ano, durante reunião extraordinária da Congregação, convocada que foi para eleição e feitura da lista sêxtupla e que contou com a presença de 47 professores e 2 representantes do corpo discente, totalizando 49 votos, "convencionou-se" que se considerasse "maioria absoluta", a quantia de 25 votos, quando, na realidade, o "quorum" LEGAL DEVERIA SER REPRESENTADO POR 32 VOTOS NECESSÁRIOS PARA A CONFEÇÃO DA LISTA SÊXTUPLA.

Em assim sendo, é pacífica a contestação da validade dos resultados dessa reunião, vez que apenas um dentre os componentes da lista nela formalizada, atingiu a maioria absoluta legal, conforme demonstra cópia da Ata da reunião realizada em 11 de janeiro do corrente ano, documento que anexamos à presente proposição.

É do conhecimento do Senhor Secretário da Educação, a atual situação da Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana e que se arrasta de há muito, agravada ainda por ilegalidades tais como prorrogação do mandato de seus diretores e modificação de seus Estatutos, praticados em desacordo com a legislação atinente.

No entanto, nenhuma providência tomou o Senhor Secretário da Educação no sentido de reconduzir à normalidade administrativa, aquela respeitável instituição, e, sua omissão fere frontalmente a Lei Estadual n.º 6.636, que, entre outras disposições, estabelece, além das atribuições, os deveres e as obrigações dos Senhores Secretários de Estado, e deste documento nos valendo, citamos dois de seus itens: 1.º) fazer indicações ao Governador para o provimento de cargos em comissão e promover as funções gratificadas em âmbito da Secretaria; 2.º) solicitar ao Governador do Estado, relativamente à entidades vinculadas e por questões de natureza técnica, financeira, econômica ou institucional, sucessivamente a intervenção nos órgãos de direção; a substituição do dirigente e/ou dirigentes; a prisão administrativa do dirigente e/ou dirigentes; a extinção da entidade,

não sendo os últimos quesitos os casos aplicáveis, ressalte-se e sim, a flagrante e relapsa OMISSÃO quanto à acefalia da nossa Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana. Para finalizar, Senhor Presidente, embasado em tais considerandos, urge enfatizar junto ao Governador do Estado, a premente necessidade da nomeação de Diretor e Vice-Diretor, em caráter "pro-tempore", para gerar o tempo necessário para o processamento da eleição legal de lista sêxtupla, da qual, logicamente, emergirão os nomes dos diretores, de fato e de direito, daquela Faculdade apucaranaense."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é vergonhoso o estado em que está passando a Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana.

Instalou-se, naquela Faculdade, uma ditadura respaldada pelo Sr. Secretário da Educação e da Cultura do Estado do Paraná; Diretores da gestão passada, que tinham como vencimento, naquela Faculdade, apenas 1 salário-mínimo mensal, alteraram os Estatutos, indevidamente, e passaram a perceber 20 salários-mínimos por mês, e, a própria congregação formada pelos professores e membros da coletividade já repudiaram a direção a esse grupo que está se perpetuando no mando administrativo, continuista e ditatorial daquela Faculdade. E, nenhuma providência por parte do Sr. Secretário da Educação e da Cultura, foi tomada.

Então, apresentamos este requerimento à apreciação dos Srs. Deputados, para que o Sr. Governador tome conhecimento e responsabilize quem de direito, pelos crimes praticados contra o Ensino do Paraná que, em Apucarana tornou-se uma vergonha; um lamaçal, hoje, cobre o Ensino Superior de Apucarana!

Eram estas as nossas considerações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Nos 5 minutos reservados ao Movimento Democrático Brasileiro, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — (**Lendo**): "Sr. Presidente, Srs. Deputados.

"Inicia-se nesta data, o movimento para a formação do Comitê Brasileiro pela Anistia, seção de Curitiba, com a participação de representantes de inúmeras entidades nacionais.

Nesta oportunidade deixo aqui, meu voto de apoio total a esse movimento que encabeça a bandeira da anistia ampla, geral e irrestrita.

Com o início desse movimento, pode-se saber da profundidade arbitrária deste governo.

É mais um dos tantos movimentos de oposição, que vem a encorajar-nos a fazer oposição.

Em nosso Estado, desde o ano de 1964, de triste memória para tantos, até a presente data, ocorreram duas mil setecentas e vinte e seis detenções de pessoas suspeitas de contestação ao regime militar, que usurpa o poder há quase quinze anos.

Sabe-se também, que neste mesmo período, ocorreram novecentas e setenta e cinco prisões, sendo que as mais recentes de que se têm notícia, foi a do professor Antônio de Oliveira Gomes, de Apucarana, em fevereiro de mil novecentos e setenta e oito, e a de onze pessoas ligadas a dois jardins de infância de nossa cidade, em março do mesmo ano, prisões estas, sob o ridículo motivo de se praticar o ensino de "marxismo" a crianças de apenas três anos de idade.

Lembro nesta data, o nome de Antônio dos Três Reis, que encabeça a lista dos desaparecidos do Movimento pela Anistia.

Este brasileiro, paranaense de Apucarana, foi fuzilado barbaramente dia 10 de maio de mil novecentos e setenta, em São Paulo.

Segundo a avó de Três Reis, a pergunta sobre a morte de seu neto, continua a mesma: "Será que o mataram por que ele e seus amigos procuravam saber as causas da miséria do povo brasileiro?"

Uma pergunta simples, sincera e humana, que foi respondida com as balas de várias metralhadoras, fazendo com que um corpo tombasse diante das forças arbitrárias de um regime político.

José Idésio, outro assassinado pelas metralhadoras de policiais de São Paulo, após ter sido considerado como desaparecido, na lista de março de mil novecentos e setenta e seis.

A família de José Idésio, sabe quem são os responsáveis pelo assassinato do filho, ocorrido num quarto de pensão do bairro de Ibirapuera.

Ele encontrava-se deitado, lendo um jornal, quando oito policiais invadiram seu quarto e o metralharam sem mais nem menos, obedecendo talvez, a uma ordem superior, ao estilo das "SS" nazistas.

Apesar de possuir documentos, José Idésio foi enterrado como indigente, e seus familiares, três anos após, foram receber seus restos mortais, que seu pai, motorista de táxi em Apucarana, afirma não pertencer a seu filho.

Em uma pequena urna mortuária, a família recebeu os despojos do filho. Pedacos de pernas, braços e parte de um crânio. Este quadro tétrico parecia formar a realidade de uma democracia relativa, a qual ao povo impunha tais condições de choque emocional.

A vítima estudava química industrial em São Paulo, e segundo seu pai, isto em mil novecentos e setenta, foi ter junto ao coronel CINTRA do "DEIC" de São Paulo, uma justificativa para a morte do filho, recebendo como informação a seguinte resposta: "Ele era muito inteligente e muito perigoso".

Observe-se que a inteligência neste regime é sinal de perigo constante.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, a arbitrariedade, a prepotência que o Comitê que hoje se instala, pretende desvendar, imperou em larga escala neste país, e sabe-se que ainda existem células ameaçadoras e que torturam gente simples que sonha e pensa com a liberdade total.

Desta tribuna, faço aos nobres Colegas, o convite para que se façam presente a esse Congresso, que hoje se inicia, às vinte horas, tendo por local o auditório da Igreja de Guadalupe.

É preciso que nos unamos contra a corrupção, violência e desrespeito à vida humana, que tem por sombra de garantia, um governo não menos arbitrário.

Precisamos defender a anistia geral e irrestrita, mas não como uma forma de perdão por parte do Governo àqueles que foram mutilados, perseguidos e oprimidos por forças que constituem o Governo, porque entendemos que o perdão deverá ser concedido pelas vítimas dessas atitudes animalescas, aos seus carrascos, porque eles, quem sabe, agiam em nome do Governo.

Perdão só concede a pecadores, que nesse caso também foi o governo brasileiro.

Esta anistia, será uma espécie de limpeza e de claridade à escuridão que afetou o seio de várias famílias brasileiras, que perderam pai, mãe, filho e demais parentes, em atitudes recriminatórias, que até então estão sendo encobertas em nome da Revolução. Para que a história não venha registrar a nossa vergonhosa omissão e nosso covarde silêncio diante de tão odiosa realidade, tomo a iniciativa de reafirmar nosso propósito de luta em favor do urgente e necessário retorno à liberdade democrática. Como desafio, deixo meu convite para a participação de todos, neste Congresso para a formação do Comitê pela Anistia.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Dentro do horário reservado à Aliança Renovadora Nacional, a Mesa consulta se algum dos Senhores Deputados deseja fazer uso da palavra. — Declinado.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 172/78, de autoria do Deputado Luiz Roberto Soares, que declara de utilidade pública o "DAG — SEG — CLUBE — TURISMO E PREVIDÊNCIA", com sede e foro nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J., por maioria. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Damos, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento de Chible Nassif Maluf, ocorrido em Wenceslau Braz. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando voto de louvor e congratulações à direção e funcionários da Rádio Cultura Palotinese, pelo trabalho digno de seus ouvintes, não só daquele município, mas de uma vasta região, no afã de melhor informar seus ouvintes, sobre os acontecimentos que se verificam atualmente, não só no cenário político estadual, como federal. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Lions Club de Campo Mourão, pela "Campanha de Recuperação e Preservação das Cabeceiras do Rio Mourão". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, no sentido de que determine ao órgão competente os estudos necessários para a colocação de lombadas na Rua Aleixo Bettega. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da SANEPAR, no sentido de que determine os estudos para a extensão da rede de água para a Vila Suíça, localizada no Bairro de Abranches. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela política de critério adotada pelo Sr. Amílcar de Souza Martins, Diretor da 1.ª Região do Banco do Brasil S/A. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando voto de solidariedade ao Sr. General Rodrigo Otávio, Ministro do Superior Tribunal Militar, pela lição de democracia e espírito de justiça com que honrou nos últimos anos aquela Casa de Justiça. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de solidariedade deste Poder, ao Congresso Brasileiro pela Anistia, que nesta data e nesta Capital, marca o início de suas atividades. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, encarecendo providências por parte do Governo do Estado, a fim de que seja normalizada a venda do leite nos estabelecimentos comerciais nos quais este produto básico de alimentação é comumente vendido. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a substituição do atual titular da Pasta da Educação e Cultura e a nomeação "pro-tempore" do Diretor da Fundação Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana. — Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para discutir, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Fica adiada a

discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150, do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 8, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 142/78.

Marcando ainda, uma sessão ordinária para sexta-feira, dia 9, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 193/78.

Levanta-se a sessão.

Parecer

PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

Os abaixo assinados, membros do Conselho Deliberativo do Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar - FEPPA, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, tendo examinado o Balanço Patrimonial e a conta de Resultado Geral e demais documentos relativos ao exercício de 1978, encontraram tudo na mais perfeita ordem, pelo que recomendam a sua aprovação à Assembléia Geral.

(aa) Domício Scaramella

Ivo Thomazoni

Gilberto Carvalho

Decretos Legislativos:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 121/79

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 11, de 02 de janeiro de 1979, destê Poder,

R E S O L V E:

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de JOAQUIM ANTÔNIO RODRIGUES, matrícula nº 311, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Contabilista, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1978, que deixou de gozar.

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 18 de janeiro de 1972 e 18 de janeiro de 1976, antecipado em razão da incorporação correspondente ao seu segundo quinquênio e das férias relativas aos anos de 1972, 1973 e 1974, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de fevereiro de 1979.

(aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ

Presidente

BASÍLIO ZANUSSO

1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA

2.º Secretário

Sumário Geral

FEPPA

FUNDO PARLAMENTAR DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR – FEPPA
ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 1979
SUMÁRIO GERAL

RECEITA			DESPESAS		
1.0.0.0 RECEITAS CORRENTES			3.0.0.0 DESPESAS CORRENTES		
1.2.2.0 REC. VALORES MOBILIÁRIOS			3.1.0.0 DESPESAS DE CUSTEIO		
Juros e Correção Monetária		12.000.000,00	3.1.1.1 PESSOAL		
			Despesas Variáveis	80.000,00	
1.4.0.0 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			3.1.2.0 MATERIAL DE CONSUMO	200.000,00	
1.4.6.0 Contribuições	2.100.000,00		3.1.3.0 SERVIÇOS DE TERCEIROS	200.000,00	
1.4.6.2 Contribuições do Estado			3.1.4.0 ENCARGOS DIVERSOS	100.000,00	
Assembléia Legislativa			3.2.3.2 PENSIONISTAS	5.600.000,00	6.180.000,00
Lei Est. 6639/74	2.100.000,00	4.200.000,00	4.0.0.0 DESPESAS DE CAPITAL		
art. 6º			4.1.0.0 INVESTIMENTOS	100.000,00	
Contribuição do Estado		5.000.000,00	4.2.0.0 INVERSÕES FINANCEIRAS		
Lei 6639/74 - art. 23				15.120.000,00	15.220.000,00
1.5.9.9 OUTRAS RECEITAS					
Rendas Eventuais		200.000,00			
TOTAL GERAL		21.400.000,00	TOTAL GERAL		21.400.000,00

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR – FEPPA
ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 1979
ORÇAMENTO DA RECEITA

ANEXO I

DESCRIÇÃO	PARCIAL	TOTAL	TOTAL GERAL
1.0.0.0 Receitas Correntes			
1.2.2.0 Receitas de Valores Mobiliários			
1.2.2.1 Juros e Correção Monetária		12.000.000,00	
1.4.0.0 Transferências Correntes			
1.4.6.0 Contribuições	1.800.000,00		
1.4.6.2 Contribuições do Estado - Assembléia Legislativa			
Lei Estadual n.º 6639/74 - artigo 6º	2.400.000,00		
Contribuições do Estado - Lei 6639/74 artigo 23	5.000.000,00	9.200.000,00	
1.5.9.9 OUTRAS RECEITAS			
1.5.9.9.10 Rendas Eventuais		200.000,00	21.400.000,00

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR – FEPPA
ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 1979
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA PARA O EXERCÍCIO DE 1979

ANEXO II

CATEGORIA ECONÔMICA	DESCRIÇÃO DA DESPESA	PARCIAL	TOTAL	TOTAL GERAL
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES			
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO			
3.1.1.0	PESSOAL			
3.1.1.1	PESSOAL CIVIL			
3.1.1.2	DESPESAS VARIÁVEIS	80.000,00		
3.1.2.0	MATERIAL DE CONSUMO	200.000,00		
3.1.3.0	SERVIÇOS DE TERCEIROS	200.000,00		
3.1.4.0	ENCARGOS DIVERSOS	100.000,00		
3.2.3.2	PENSIONISTAS	5.600.000,00	6.180.000,00	
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL			
4.1.0.0	INVESTIMENTOS	100.000,00		
4.2.0.0	INVERSÕES FINANCEIRAS	15.120.000,00	15.220.000,00	21.400.000,00